

POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA

Váldeson Amaro Lima¹

Ana Paula Gomes de Freitas²

RESUMO

Partindo do pressuposto que o desenvolvimento territorial resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada dos setores da sociedade, este estudo busca analisar a produção acadêmica sobre políticas públicas integradas para o desenvolvimento territorial da Amazônia. A relevância desse estudo fundamenta-se no impacto que políticas integradas podem gerar no meio onde são instituídas, haja vista que o desenvolvimento regional necessita da participação ambiental, social, econômica e cultural, interagindo com os sistemas territoriais de maior escala. O trabalho foi desenvolvido com base na metodologia bibliográfica - conceituando alguns assuntos - e bibliométrica, analisando criticamente os artigos científicos identificados na base científica Periódicos Capes, considerando que os estudos bibliométricos mensuram a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações em determinadas áreas. Os indicadores de produção são úteis para o planejamento e a execução de políticas públicas e para o conhecimento da comunidade científica sobre o sistema em que está inserida. Permitiu-se concluir que, infelizmente, a produção acadêmica sobre desenvolvimento integrado da Amazônia é incipiente e desconexa, necessitando de maior atenção.

239

¹ Doutor em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Professor de Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. E-mail: valdeson.lima@ifro.edu.br

² Servidora Técnica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. E-mail: ana.freitas@ifro.edu.br

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento regional. Amazônia. Desenvolvimento da Amazônia.

INTEGRATED PUBLIC POLICIES FOR THE PROMOTION OF TERRITORIAL DEVELOPMENT OF THE AMAZON

ABSTRACT

Based on the assumption that the territorial development will result only from a dense and intelligently articulated interaction of the sectors of society, this study seeks to analyze the academic production on integrated public policies for the territorial development of the Amazon. The relevance of this study is based on the impact that integrated policies can generate in the environment where they are instituted, given that regional development requires environmental, social, economic and cultural participation, interacting with the larger territorial systems. The work was developed based on the bibliographical methodology - conceptualizing some subjects - and bibliometric, analyzing critically the scientific articles identified in the scientific basis Periódicos Capes, considering that the bibliometric studies measure the contribution of the scientific knowledge derived from the publications in certain areas. Production indicators are useful for the planning and execution of public policies, and for the knowledge of the scientific community about the system in which it is inserted. It was possible to conclude that, unfortunately, the academic production on integrated development of the Amazon is incipient and disconnected, needing more attention.

Keywords: Public policies. Regional development. Amazonia. Development of the Amazon.

POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS PARA LA PROMOCIÓN DE DESARROLLO TERRITORIAL DE LA AMAZONIA

RESUMEN

Basado en la suposición de que el desarrollo territorial solo resultará de una interacción densa e inteligentemente articulada entre sectores de la sociedad, este estudio busca analizar la producción académica sobre políticas públicas integradas para el desarrollo territorial de la Amazonía. La relevancia de este estudio se basa en el impacto que las políticas integradas pueden generar en el entorno donde se instituyen, dado que el desarrollo regional requiere la participación ambiental, social, económica y cultural, interactuando con sistemas territoriales de mayor escala. El trabajo se desarrolló sobre la base de la metodología bibliográfica, conceptualizando algunos temas, y bibliométrico, analizando críticamente los artículos científicos identificados en la base científica de Capes, considerando que los estudios bibliométricos miden la contribución del conocimiento científico derivado de publicaciones en ciertas áreas. Los indicadores de producción son útiles para la planificación y ejecución de políticas públicas y para el conocimiento de la comunidad científica sobre el sistema en el que se inserta. Se permitió concluir que, desafortunadamente, la producción académica sobre desarrollo integrado en el Amazonas es incipiente y desconectada, lo que requiere más atención.

241

Palabras clave: Políticas públicas. Desarrollo regional. Amazonia. Desarrollo de la Amazonía.

1 INTRODUÇÃO

A análise sistêmica das políticas públicas, ou seja, sua integração com diversos setores da sociedade, é de extrema importância para o sucesso do desenvolvimento de uma região, tendo em vista que

os formuladores de políticas não podem escapar dos contextos em que se encontram, por isso precisam estar atentos e relacionar várias áreas e objetivos da sua comunidade (WU et al., 2014). As políticas integradas tornaram-se tendência na gestão moderna, energizando-se no Brasil durante os anos 1990 e se intensificando ainda mais no momento de crise econômica e das reformas liberalizantes sucedidas neste período (MAURO et al., 2018).

A utilização desta abordagem no planejamento de políticas públicas e direção de ações voltadas para o desenvolvimento tem o objetivo de integrar as diversas dimensões, sejam elas social, econômica, cultural, político-institucional e ambiental, com enfoque nos agentes, atores sociais, mercados e políticas que aconteçam sobre os envolvidos, conforme Alcântara Filho, Silva e Silva (2009). Portanto, sua importância não está em sua contemporaneidade e sim no impacto que políticas integradas podem gerar no meio onde são instituídas, haja vista que o desenvolvimento regional necessita da participação ambiental, social, econômica e cultural, interagindo com os sistemas territoriais de maior escala.

Para Becker e Wittmann (2008), essa integração das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e pessoas relacionadas de forma interativa, torna-se variável característica e contributiva para a expansão e garantia de modelos de desenvolvimento, especialmente, à medida que instituições e pessoas passam a se constituir agentes econômicos e sociais de mudança e não meros agentes passivos e receptores de benefícios. Tendo na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 o objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional, este trabalho destaca o desenvolvimento integrado da Região Amazônica como um caminho para se alcançar esse desenvolvimento, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento local promove o nacional, na medida em que se busca sanar as

dificuldades do seu território com base nas diretrizes nacionais e internacionais, contudo, analisando suas particularidades locais inerentes.

Assim, à luz do exposto, este artigo pretende analisar a produção acadêmica sobre políticas públicas integradas para o desenvolvimento da Amazônia Legal, com posterior analogia entre os estudos analisados e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). Acredita-se que os artigos que buscam sistematizar a produção científica, quando bem elaborados, contribuem para o incremento da relevância e rigor de novas pesquisas, servindo como base para estudos comparados, cada vez mais demandados num mundo considerado global. Com tais propósitos, elaborou-se um levantamento bibliográfico com o intuito de verificar a relação entre os temas desenvolvimento regional e políticas públicas aplicadas à Região Amazônica, bem como, empreendeu-se uma análise crítica dos conteúdos dos textos identificados na base científica Portal Periódicos, da CAPES/MEC.

243

2 CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ao longo da história, várias políticas foram criadas para ocupação espacial da Amazônia, como o I e II Ciclo da Borracha, programas de colonização e reforma agrária, bem como a “Marcha para o Oeste”, que ocorreu no período do governo militar. Esses programas desenvolvimentistas que ocorreram ao longo das décadas de 1970 e 1980 estavam voltados para a capitalização e modernização da agricultura, que passava por um processo de transformação tecnológica – também conhecido como “revolução verde” (MACHADO, 2009). Esses processos trouxeram algum nível de desenvolvimento à região, entretanto, a motivação se baseava em questões de segurança nacional, interesses políticos e econômicos diversos, não se pensando em um desenvolvimento planejado, harmonizado com

as potencialidades e os interesses locais, tampouco integrado aos setores da sociedade respeitando as características dessa região.

A Amazônia pode ser dividida em Amazônia Legal (foco desse estudo, podendo também ser referida ao longo deste trabalho apenas como Amazônia) ou Amazônia Internacional, conforme Figura 1. A Amazônia Legal é decorrente da Lei nº. 1.806/1953, criada especialmente por motivações políticas e por suas características naturais para promoção do desenvolvimento, compreendendo uma área aproximada de 5.217.423 km², correspondendo a cerca de 61% do território nacional. A região abrange, em sua totalidade, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, que compõem a Região Norte do Brasil, além do Mato Grosso, e, parcialmente, o Estado do Maranhão.

Em uma perspectiva mais ampla, tem-se a Amazônia Internacional, que envolve, além do Brasil, os países da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, totalizando 9 países, com maior área geográfica presente no Brasil.

Figura 1 - Região Amazônica



Fonte: Portal Paramazonia.

245

A Amazônia Legal Brasileira compreende uma população de cerca de 27,5 milhões de pessoas, com uma baixa qualidade de vida expressa em indicadores sociais e econômicos inferiores ao restante do Brasil, conforme o Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira (IPS, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida de um local, a partir da educação, renda e longevidade das pessoas, é de 0,683 para a Amazônia Legal, abaixo da média brasileira de 0,727 (PNUD, 2013).

Segundo o IPS (2018), isso ocorre porque o modelo de desenvolvimento da região tem sido marcado pelo uso predatório dos recursos naturais, desmatamento ilegal, conflitos sociais e subdesenvolvimento econômico, enfrentando ainda uma presença

insuficiente de serviços públicos, principalmente na zona rural, além de uma infraestrutura precária.

Em sua óptica natural, a Amazônia abriga uma grande variedade de espécies da flora e da fauna e é também uma importante área de endemismos, que fazem da região uma reserva genética de importância mundial para o desenvolvimento da humanidade, consoante o Relatório *Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia – GEO Amazônia* (2008). A região também se faz muito conhecida pela água presente na bacia amazônica, a qual representa aproximadamente um quinto de todo o escoamento superficial do planeta. Tendo ainda significativa a função desempenhada por suas florestas, que atuam como um importante sumidouro de carbono, absorvendo anualmente centenas de milhões de toneladas de gases causadores do efeito estufa, conforme o GEO Amazônia (2008).

246

Entretanto, considerando o IPS (2018), a Amazônia já contempla um desmatamento acumulado, até o ano de 2017, de 20% da sua floresta (789 mil quilômetros quadrados). Isso equivale a uma área maior que o território de toda região Sul do país ou três vezes a área do estado de São Paulo, lesando claramente com as suas riquezas naturais e importância estratégica para o Brasil. Além de outros muitos elementos que são afetados rotineiramente.

A Amazônia vive uma combinação perversa de baixo progresso social, elevada degradação ambiental e subdesenvolvimento econômico. Em outras palavras, estamos perdendo um dos nossos maiores tesouros em troca de nada. A região representa quase 60% do território nacional, mas contribui com menos de 9% do PIB brasileiro. Além disso, emite cerca de 41% dos GEE do Brasil. Essa emissão elevada é resultado principalmente do desmatamento. A economia, por sua vez, é ainda em grande parte de baixo valor agregado e atrelada à ilegalidade e informalidade. Portanto, esse é o pior dos mundos: muita degradação

ambiental, situação social precária e caótica e pouca geração de riqueza (IPS, 2018, pag. 31).

Certamente, é uma região de volume populacional e territorial bem extenso, necessitando de um modelo de desenvolvimento que combine objetivos de crescimento, inovação, competitividade, equidade e sustentabilidade, para uma interação sistemática entre atores e instituições para harmonizar a manutenção da biodiversidade e a preservação ambiental com a evolução das atividades econômicas.

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Cumprе esclarecer que os termos espaço, local, lugar, região e território são distintos entre si, sendo analisados por diferentes óticas, de acordo com o interesse e a abrangência de cada uma de suas dimensões - física, econômica, simbólica e sociopolítica (LOPES, 2012). No entanto, essa pesquisa não tem como objetivo exaurir-se na conceituação dos referidos termos, utilizando-os aqui apenas como sinônimos e considerando-os como porções de superfície de terra que apresentam características semelhantes pela natureza ou pelo modo com que o homem interage com o meio em que vive.

247

Diégues Júnior (1973), reconhecido antropólogo, sociólogo e jurista brasileiro, intenso pesquisador da relação entre região, cultura e desenvolvimento no Brasil, defende que as divergências, contrastes e desigualdades apresentadas por cada região brasileira é que resultam na unidade nacional, a qual a administração de sentido nacional necessita considerar essas contradições. Dessa premissa, conclui-se que o regional e o nacional se completam e coexistem, relacionando-se no sentido de encontrar as soluções adequadas para a integração. Para tanto, desenvolver uma região é descobrir e valorizar as características da sua origem, da sua cultura, da sua história, de seus aspectos físicos e naturais, descobrindo e valorizando o seu povo e seu espaço (BECKER; WITTMANN, 2008). Trata-se

de um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região (AMARAL FILHO, 2009), traduzindo-se, assim, em processos sistemáticos de constante negociação entre o governo nacional, com o conjunto de agentes e atores propriamente regionais e com os municípios e outros atores da base social.

Segundo Bellingieri (2017), entende-se por desenvolvimento territorial as ações, mecanismos, estratégias e políticas internas, incitadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial seria algo propriamente interno, em constante interação dos agentes políticos com toda sociedade local, viabilizando um processo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador dos de outras regiões (BECKER; WITTMANN 2008), haja vista que promove potencialidades locais com o aproveitamento das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituindo uma dinâmica própria regional.

Contudo, esse desenvolvimento não se limita a questões econômicas de caráter quantitativo. Ele implica na redução da pobreza, elevação do padrão de vida da população, transformação qualitativa de uma sociedade em seu conjunto, e mudança social e cultural, que busca promover o bem-estar da população (LEITE, 2009). Logo, é a soma do qualitativo ao quantitativo, buscando proporcionar o melhor serviço do bem comum, numa visão ética, onde a perspectiva regional dos problemas e demandas da sociedade, incorpore as diferenças, semelhanças e singularidade das diversas áreas temáticas, coadjuvando com a diminuição das desigualdades, como observa Diégues Júnior (1973, p.128):

Somos dos que acreditam que, em vez de dois Brasis nacionalmente considerados, um arcaico e um moderno, o que temos realmente são Brasis regionalmente distribuídos; dois Brasis em cada região, e não nacionalmente situados; e dentro de cada região, Brasis socialmente desiguais, pelos níveis de vida da população, em alguns casos grupos humanos que ainda não conhecem o mínimo de condições relativas a um nível de vida condigno da pessoa humana. O homem, em cada sub-região socialmente considerada. Se torna preso às peculiaridades locais, e por isto mesmo sem condições de melhoria de seu nível de vida. O que uma programação regional, levando em conta tais peculiaridades e considerando basicamente o homem, poderá contribuir para diminuir as desigualdades sociais; e, com esta diminuição, o levantamento das condições regionais irá tornar-se fator decisivo para eliminar os desequilíbrios regionais.

Destarte, o desenvolvimento territorial resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo. Por isso, o desenvolvimento territorial da Amazônia precisa de políticas que respeitem sua identidade própria e que potencializem os recursos internos, por meio de investigação dos fatores regionais.

249

4 POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS

Percebe-se a necessidade de políticas intersetoriais para promoção do desenvolvimento, tendo em vista que as mesmas são formuladas conjuntamente às políticas sociais, econômicas e ambientais e às práticas de governo coerentes e articuladas entre si, de forma a produzir efeitos positivos sobre essas áreas do desenvolvimento (BUSS et al., 2012), melhorando as condições de vida da sociedade em todos os seus aspectos (LEITE, 2009). Logo, para Lotta e Favareto (2014), a intersectorialidade se define pela medida em que diferentes programas ou temas de políticas públicas são organizados horizontalmente permitindo integração entre eles, contribuindo,

assim, para a expansão e garantia de modelos de desenvolvimento, especialmente, à medida que instituições e pessoas passam a se constituir agentes econômicos e sociais de mudança e não meros agentes passivos e receptores de benefícios (BECKER; WITTMANN 2008). Por ser um relacionamento entre diversos atores, os mesmos precisam envolver várias áreas e objetivos da sua comunidade, não escapando dos contextos em que se encontram.

250 Para que essa gestão compartilhada ocorra, não é mais possível que a sociedade seja analisada apenas como um sistema de interesses econômicos, precisando-se reconhecer as interligações complexas e inesperadas que existem e surgem entre os problemas públicos, definindo instituições e práticas que conduzam a responder às complexidades dos problemas que enfrentam e ajustá-las (WU et al., 2014). Dessa forma, considerando Becker e Wittmann (2008), o individual passa a ser compreendido dentro de um sistema e processo produtivo amplo, implicando a necessidade da inserção do maior número possível de indivíduos, instituições e pessoas engajadas, aprendendo que, em coletividade, ampliam suas potencialidades.

Conforme Inojosa (2001), políticas integradas seriam a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos. Nesse entendimento, itens isolados não dão conta de promover qualidade de vida, de fomentar o desenvolvimento e de superar a exclusão social. A integração de políticas é apresentada como algo que ultrapassa eventuais diálogos entre projetos institucionais, necessitando da busca de resultados qualitativos após a implantação da política. Por exemplo, em um programa de assentamento de famílias, o resultado seria o acompanhamento do que aconteceu com essas famílias, com as seguintes perguntas: Elas estão conseguindo produzir? Permanecem naquela casa, naquele terreno ou naquela terra? O assentamento teve algum impacto no

desenvolvimento local e da região? Essa construção política produziria a devida integração.

No entanto, a intenção da pesquisa não é “romantizar” a intersetorialidade das políticas, esquecendo-se da complexidade que existe no gerenciamento de programas e dos interesses políticos. A diversidade de atores, tanto formais como informais, normalmente envolvidos no processo, caracterizam essa complexidade (ÁVILA; CALDAS; ASSAD, 2013), bem como a disposição dos organismos que tem em seu dia a dia, responsabilidades setoriais amplas, a dificuldade em relacionar as disciplinas e setores envolvidos, conseguir um consenso sobre as necessidades prioritárias da região e as técnicas a serem utilizadas são alguns dos pontos de conflito na construção da política. Portanto, alcançar políticas públicas integradas é uma tarefa mais difícil do que alcançar políticas eficazes (WU et al., 2014), por causa da necessidade de manter a relação e o equilíbrio entre os setores.

251

Isto posto, percebe-se a necessidade de planejar e repensar a Amazônia com um olhar criticamente diferenciado, levando em conta as particularidades, dificuldades e singularidade das múltiplas comunidades locais, compreendendo que o paradigma de desenvolvimento na Amazônia brasileira é conciliar e convergir interesses tão diversos, que vão desde os econômicos aos socioambientais, para emergir suas potencialidades.

5 METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo proposto de analisar a produção acadêmica sobre políticas públicas integradas para o desenvolvimento da Amazônia Legal, com posterior analogia entre os estudos analisados e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, elaborou-se um levantamento bibliográfico multidisciplinar com o intuito de estudar as inter-relações entre os temas aqui abordados e uma análise

crítica da produção de artigos deste determinado campo do saber, mapeando as comunidades acadêmicas e identificando as redes de pesquisadores e suas motivações (CHUEKE; AMATUCCI, 2015). A presente proposta metodológica se apoia sobre a premissa de que o conhecimento científico é cumulativo e cooperativo, podendo ser utilizado como ferramenta tanto para o planejamento como para a execução de políticas, visando melhor compreender a ciência pela comunidade científica, empresarial e outros segmentos da sociedade (SOARES et al., 2016).

252

O alvo foram as publicações acadêmicas em língua portuguesa ou inglesa acerca dos termos Políticas Públicas – Desenvolvimento Territorial – Região Amazônica, acessadas na base científica da plataforma Periódicos Capes, via CAFe (Comunidade Acadêmica Federada). Cumpre destacar que a escolha dessa plataforma de dados se baseou por ser um dos maiores acervos mundiais, reunindo um montante de mais de 35 mil periódicos nacionais e internacionais, sendo composto por 130 bases referenciais destinadas exclusivamente a diversos tipos de materiais informacionais patentes, além de livros, enciclopédias, dicionários, normas técnicas, um banco de teses e dissertações, estatísticas e conteúdo audiovisual (MIRANDA; CARVALHO, 2017). Esta pesquisa buscou identificar os trabalhos que desenvolveram essa temática para então se fazer um mapeamento de suas particularidades e pontos relevantes à integração das políticas públicas para a Região Amazônica.

As buscas foram realizadas em abril de 2019, sem limitação temporal como requisito para os anos das publicações, utilizando-se inicialmente os critérios *“public policies” AND “territorial development” AND amazon*, após, realizou-se uma segunda busca com a pretensão de se encontrar resultados diferentes que atendessem ao objetivo da pesquisa, a saber *“public policies” AND “territorial development” AND “amazon region”*. Ressalte-se que a utilização do operador lógico

booleano – AND – justifica-se na pretensão de que cada resultado da pesquisa contenha todos os termos das buscas, a intersecção. Desse modo, este trabalho objetivou utilizar apenas esse operador lógico nas buscas realizadas na plataforma Periódicos Capes.

Os resultados encontrados na plataforma foram filtrados em artigos revisados por pares e no idioma português e inglês (únicos filtros utilizados), ignorando-se os demais que fugiram desses requisitos. Como corolário, tem-se a Tabela 1 contemplando o total de trabalhos encontrados para cada uma das buscas e a quantidade remanescente após o filtro.

Tabela 1. Resultado das buscas

Local de busca	<i>“public policies” AND “territorial development” AND amazon’</i>		<i>“public policies” AND “territorial development” AND “amazon region”</i>	
	Resultado geral	Revisado por pares	Resultado geral	Revisado por pares
Periódicos Capes	57	43	14	8

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Após a leitura criteriosa dos resumos de todos os 51 artigos identificados filtrados por revisão de pares, foi realizada a eliminação daqueles que não contemplavam a temática deste artigo, ficando 14 trabalhos para estudo: 11 referentes à primeira busca e 3 referentes à segunda. Após a avaliação de todos os 14 estudos que ficaram, constatou-se que havia 3 casos de duplicidade dentro das duas buscas, resultando, assim, em eliminação das duplicidades. Por fim, verificou-se que apenas 11 artigos tratavam de fato a respeito do tema estudado, passando estes a serem objetos de análise e estudo.

6 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Analisando a data de publicação dos 11 artigos, observou-se que toda a publicação sobre políticas públicas integradas para o desenvolvimento regional da Amazônia se desencadeou apenas a partir dos anos 2000 (Tabela 2), mostrando a deficiência no desdobramento da temática no século passado. Destaque-se que não foi utilizado o critério temporal como requisito nas buscas, ou seja, os resultados são de todas publicações até o ano de desenvolvimento deste trabalho – 2019. Essa constatação evidencia a escassez do planejamento de políticas integrativas de processos regionais de desenvolvimento para essa região, haja vista não haver estudos tratando do tema, mostrando a preocupante incipiência de trabalhos relacionados propriamente ao desenvolvimento integrado da Amazônia. Por esse motivo foram analisados todos os trabalhos, independentemente de Qualis.

254

Segundo Becker e Wittmann (2008), toda análise sobre processos de desenvolvimento regional é importante porque aborda as potencialidades das regiões e, além disso, procura identificar suas diferenças, para que políticas sejam aplicadas de acordo com as necessidades e demandas de cada região. Portanto, abordar o desenvolvimento regional da Amazônia no seio de políticas integradas é fundamental para o crescimento sustentável do país, e não se ter abundância de estudos sobre o tema, revela a indiferença com o desenvolvimento amazônico nessa perspectiva.

Tabela 2. Análise dos anos das publicações

Ano de publicação X Quantidade produzida
2008 (1); 2009 (1); 2010 (1); 2011 (1); 2012 (1); 2014 (1); 2016 (2); 2017 (1); 2018 (2)

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Os artigos analisados foram publicados em 10 periódicos diferentes, como se observa na Tabela 3, com destaque para a revista Ambiente e Sociedade, com 2 trabalhos, e para a Revista de Sociologia e Política com classificação A1 no Qualis da área de Ciência Política.

Tabela 3. Análise dos títulos e classificações dos periódicos publicados

Periódico	Quantidade	Classificação Qualis na área de Ciência Política
Revista Direito e Práxis	1	B2
Revista de Sociologia e Política	1	A1
Ambiente e Sociedade	2	A2
Ciência e Saúde Coletiva	1	A2
Revista de Ciências da Administração	1	B5
Revista Sociedade e Estado	1	-
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	1	-
HOLOS	1	B4
Política & Sociedade	1	B2

Redes - Revista do Desenvolvimento Regional	1	-
---	---	---

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Em relação à autoria, foram detectados 32 autores, sem que houvesse repetição, observando que os artigos de autorias por dupla estão presentes em maior número entre os artigos publicados (5/11), e que a maior quantidade de autores encontrada em texto totaliza 7 participantes, dando uma média de 2,9 autores por trabalho. A fim de identificar os artigos e autores com maior fator de impacto no campo de conhecimento desta pesquisa, fez-se, por meio do Google Acadêmico, a verificação dos trabalhos com maior quantidade de citações, encontrando apenas 6 dos 11 artigos aqui analisados, utilizados para referenciar outros estudos.

Tabela 4. Ranking das citações

Trabalho	Nº de referências
BUSS et al. (2012)	62
LOTTA; FAVARETO (2016)	28
FATORELLI; MERTENS (2010)	24
MACHADO (2009)	16
XIMENES (2008)	15
CAZELLA et al. (2016)	9

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Verifica-se, mediante a Tabela 4, que o trabalho mais citado nos artigos envolvendo a temática de desenvolvimento integrado da Amazônia foi Buss et al. (2012), tendo sua obra 'Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável' referenciada por 62 artigos em diversos periódicos.

Quanto à metodologia de pesquisa adotada pelos artigos, pôde-se observar a predominância da abordagem qualitativa (9), com grande uso das técnicas de estudo de caso, entrevista e, principalmente, a análise documental em profundidade, de natureza descritiva e normativa de diversas políticas públicas, identificando-se apenas 1 trabalho com abordagem quantitativa, como também 1 trabalho que utilizou o método misto, com abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. No tocante às temáticas abordadas em cada artigo, verificou-se que cada um focou em temas específicos considerando as áreas de políticas públicas integradas e desenvolvimento da Amazônia, sendo possível a divisão por subárea temática verificada na Tabela 5.

257

Tabela 5. Classificação dos artigos em subáreas temáticas

Subárea Temática	Nº de artigos
Participação social nas ações estatais	4
Intersectorialidade	3
Desenvolvimento ambiental sustentável	2
Assuntos inerentes à terra	2

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Nota-se que o maior volume de trabalhos se concentrou na subárea *participação social nas ações estatais* (4), enfatizando a importância da participação popular na tomada de decisão. Cumpre destacar que 1 texto da *Participação social nas ações estatais* e 1 texto da *Intersectorialidade* também cabia na área do *Desenvolvimento*

ambiental sustentável, aumentando a quantidade de trabalhos que abordam esse tema. Ratificando essa apuração, durante o estudo criterioso dos artigos, verificou-se uma tendência da temática desenvolvimento sustentável para Amazônia como única forma de se construir o desenvolvimento para a região, deixando de explorar outros segmentos da sociedade que são fundamentais para o alcance desse objetivo.

Ao analisar os objetivos de pesquisa expostos pelos 11 trabalhos selecionados, foi possível observar algumas similaridades e, assim, classificá-los em 4 blocos principais (Quadro 1), fazendo-se um paralelo e especificação da Tabela 5.

Quadro 1. Análise e agrupamento dos objetivos expostos pelos trabalhos

1. Participação social nas ações estatais - 4

- Identificação empírica das relações entre Estado e agricultores familiares
- Abordagem sobre a gestão integrada e participativa dos recursos pesqueiros
- Compreensão dos relacionamentos e suas articulações para o fortalecimento da atividade produtiva em potencial
- Evidenciar a relação do capital social com as redes sociais acerca de Ações organizativas e inovações produtivas na Amazônia

2. Intersetorialidade - 3

- Analisar arranjos institucionais de políticas públicas do contexto brasileiro contemporâneo
- Analisar o papel da integração de políticas públicas setoriais para a governança ambiental e desenvolvimento sustentável
- Discutir o Desenvolvimento Territorial e seus desdobramentos do ponto de vista da implementação de Políticas Públicas voltadas à Sustentabilidade

3. Desenvolvimento ambiental sustentável - 2

- Discutir a atual configuração da governança para a saúde e ambiente no contexto do Desenvolvimento Sustentável
- Analisar o papel das políticas de ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia, identificando como podem afetar o comportamento de determinados grupos em relação ao desflorestamento da região

4. Assuntos inerentes à terra - 2

- Analisar a forma como a estrutura normativa impacta os conflitos agrários na Amazônia ocidental
- Discutir o processo de construção e de gestão das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar

259

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Nota-se, nos objetivos dos trabalhos, uma predominância de termos relacionados ao meio ambiente nos diferentes blocos como, por exemplo, recursos naturais, sustentabilidade, governança ambiental e desenvolvimento sustentável, este último aparecendo 2 vezes. Interessante lembrar que quando realizadas as buscas na plataforma Periódicos Capes nenhum desses termos estavam inseridos na pesquisa, contudo, vê-se que se sobressaíram dentro dos objetivos. Observou-se ainda que em sua maioria, os artigos buscaram analisar

e discutir teoricamente alguma política pública, abordando a origem e conceitos relacionados, como também houve aqueles que integraram empiricamente a prática social.

7 ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Ao analisar os referenciais teóricos, as análises e discussões de resultados e as conclusões ou considerações finais dos 11 artigos selecionados, verificou-se que não havia nenhum trabalho que trouxesse, em sua integralidade, o desejado para essa pesquisa, que seria *políticas públicas integradas para o desenvolvimento territorial da Amazônia*. Trabalhos que tratassem do desenvolvimento a longo prazo, interligando, trabalhando em conjunto com todos os setores necessários e importantes da sociedade para o alcance do objetivo. Nos 11 artigos, percebeu-se o tema da intersetorialidade das políticas públicas, entretanto, sempre se concentrando em uma área específica, como a do desenvolvimento sustentável, já mencionado, ou enfatizando a questão da participação social na tomada de decisão das políticas, como também os conflitos de terra e as políticas à agricultura familiar.

Todos esses assuntos são de extrema importância para se construir um desenvolvimento territorial de sucesso e durável, como visto em Bellingieri (2017), porém, não se deve analisá-los isoladamente, haja vista que o desenvolvimento necessita tanto da participação ambiental, social, econômica quanto da cultural, interagindo com os sistemas territoriais de maior escala. A eficácia desse desempenho depende do uso integrado dos recursos locais, combinando-os com recursos externos para aproveitar as oportunidades regionais e globais, como visto também em Becker e Wittmann (2008).

É evidente que um plano de desenvolvimento para a Região Amazônica envolvendo diversos setores é um desafio, como afirma Ximenes (2007), dada a diversidade ambiental e sociocultural que a Amazônia

tem, representando um grande desafio para ampliar e diversificar a base produtiva, diminuir as desigualdades intrarregionais, agregar valor aos produtos locais e reduzir os riscos ambientais. Todavia, é importante falar em desenvolvimento regional integrado porque ainda que o mercado seja global, suas fontes de sustentação são regionais e os processos de desenvolvimento requerem integração entre o global e o regional. Políticas associadas sistematicamente com os diversos setores da sociedade, constituem-se em fontes propulsoras do desenvolvimento regional.

Apesar disso, por mais que os textos não tenham sido totalmente fiéis aos termos das buscas realizadas, todos eles contribuíram para ampliar o conhecimento necessário à construção de um desenvolvimento de sucesso para a Amazônia, por meio de inovações e aperfeiçoamento de métodos já utilizados, propondo soluções que, se postas em prática, poderiam contribuir sobremaneira com a atuação do Estado. Dentre os pontos mais importantes nos trabalhos aqui analisados, destaca-se a dificuldade das políticas interligadas darem certo no Brasil. Para Buss et al. (2012), a questão central é 'política', na medida em que, como se verifica no Brasil, em casos de governos de coalisão, os interesses partidários e particulares dos distintos segmentos de governo se opõem às necessidades de ação intersetorial. A pouca transparência e '*accountability*' de políticas de governo é outro empecilho importante. E, finalmente, os diferentes pontos de vista das burocracias técnicas que, muitas vezes, colidem quanto aos resultados a serem alcançados, aos métodos e aos processos de avaliação. Portanto, é preciso que se leve em conta a realidade local e as relações de poder que ali se processam, como sugere Machado (2009).

261

Outra concepção que se pode abstrair é que a efetiva incorporação dos atores afetados pela política tende a produzir resultados mais inovadores, menor conflito social e maior legitimidade às ações

tomadas, sendo possível adotar correções de rotas, revisão de objetivos e introdução de inovações, consoante Moura et al. (2017). Percebe-se então que, além de integrar todas as áreas que afetam a vida dos cidadãos, é necessário também dar ouvidos e voz à população da região, pois aliando os setores responsáveis à comunidade tem-se uma política integrada com muitas chances de sucesso porque houve preocupação com a participação. Verificou-se em Moura et al. (2017), que a escuta, debate e incorporação da visão de diferentes atores sociais, em espaços participativos, não apenas cumprem com requisitos formais desejáveis para a participação democrática, mas efetivamente melhoram a capacidade de entrega dos serviços e produtos objetos dessas políticas.

262

Justen e Souza (2017), demonstraram a importância de economias pautadas em desenvolvimento centrado nas potencialidades locais, dando o exemplo da Castanha-da-Amazônia na região. Evidenciam que pode dar certo impulsionar a economia e o desenvolvimento através de métodos que não prejudiquem o meio ambiente e que podem ajudar famílias locais, bem como produtores e empresários. Por outro lado, Fatorelli e Mertens (2010) constataram que não havia propostas para reestruturação institucional ou a cooperação e elaboração conjunta de programas e políticas para a região amazônica referentes à questão ambiental até o término do trabalho desenvolvido, o qual findou em 2010. Ao fim, percebe-se que cada artigo em sua especificidade colaborou para melhor compreender o desenvolvimento regional da Amazônia. Contudo, ainda se faz necessário conhecer um atual e importante documento para a Amazônia e sua relação com os trabalhos aqui estudados.

8 ANÁLISE CONFORME O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) é uma ação conjunta da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM com o Ministério da Integração Nacional (MI), ministérios setoriais, órgãos e entidades federais presentes na Amazônia Legal e em articulação com os governos estaduais, o qual teve origem em 2012. O PRDA corporifica-se como um plano da Região, em que se densifica as relações inter e intrarregionais com o Governo Federal com seu ponto de partida no diagnóstico dos problemas regionais e locais, considerando os planos nacionais, estaduais e locais, em curso para a Região.

O Plano aborda os grandes temas ligados à demografia, economia, sociedade e meio ambiente, em uma confluência de saberes progressivos e desafiadores, fazendo-se uso de ferramentas do planejamento estratégico, como o *Balanced Scorecard* (BSC), as escolas de estratégias, a Matriz SWOT e o PDCA. Ademais, o PRDA caminha no sentido de unir as particularidades dos estados amazônicos, ratificando em seu texto os temas debatidos nos fóruns de governadores, exemplo de iniciativa que demonstra que é possível integrar interesses singulares, em favor dos interesses amazônicos

263

O objetivo geral do PRDA é de ser um instrumento de planejamento para o desenvolvimento da Amazônia que seja capaz de, observando os requisitos da sustentabilidade ambiental, estimular a geração de emprego e renda, o crescimento econômico, a qualidade de vida e a internalização da riqueza regional (SUDAM, 2016). Para tanto, torna-se pertinente conhecer alguns dos objetivos específicos que o plano traz.

Quadro 2 - Objetivos específicos do PRDA

Promover a inclusão social com a redução da desigualdade econômica tanto no contexto intrarregional quanto frente às demais regiões do país
Servir como elemento indutor de ações e iniciativas do setor público e privado, capazes de potencializar os efeitos sinérgicos dos setores primários e terciários da economia
Sinalizar os setores e áreas prioritárias para a intervenção dos agentes públicos na economia, respeitando um consenso social
Promover a integração e a cooperação entre os órgãos da administração pública existentes na Região, a partir de ações de planejamento, gestão, avaliação e publicidade, em um exercício de debates e deliberações

Fonte: elaboração dos autores (2019).

264

O PRDA, como documento norteador para o desenvolvimento da Amazônia, definiu programas estratégicos (quadro 3) a partir das escolhas estratégicas percebidas como relevantes para a questão da diminuição da pobreza e o desejado aumento da competitividade econômica regional. Assim, os programas estratégicos estão alinhados com a dimensão setorial e dentro de uma racionalização de escolhas de prioridades a partir dos critérios de ameaças, oportunidades e pontos fracos da Amazônia Legal.

Quadro 3 - Programas estratégicos

- Agricultura, Pecuária e Extrativismo Sustentável
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Infraestrutura Econômica (Transporte e Energia)
- Desenvolvimento Social (Educação, Saúde, Cultura e Lazer, Saneamento Básico e Segurança Pública)
- Indústria
- Turismo

Fonte: elaboração dos autores (2019).

Pois bem, após o conhecimento do PRDA, fica evidente a sua importância para a Região Amazônica como instrumento de planejamento e orientação de programas. O que se torna intrigante é a ausência desse Plano em todos os trabalhos analisados nesta pesquisa que coincidem com a mesma data de início do PRDA - 2012 - conforme Tabela 2 (7 de 11 trabalhos correspondem ao período). Não houve nem uma citação ou referência ao Plano. Os trabalhos foram desenvolvidos para a Amazônia sem a análise do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. Tal realidade reforça a necessidade de atenção pela academia para o que acontece com essa região no campo de estudo das políticas públicas integradas, visto que estão ocorrendo ações e estudos que não estão sendo discutidos à luz das pesquisas acadêmicas e dos Planos governamentais já cuidadosamente elaborados. Essa falta de atenção às documentações já existentes pode levar a pesquisas desatualizadas com as diretrizes nacionais e incorrer em argumentações e dados estatísticos equivocados, não trazendo acréscimo a uma temática tão importante para o desenvolvimento do Brasil como um todo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade amazônica se desenvolve e busca se desenvolver rotineiramente, entretanto, esse desenvolvimento deve ocorrer de forma integrada com vários setores da sociedade, tendo em vista o impacto que uma política gera em seu meio. Portanto, políticas de desenvolvimento nessa região devem considerar sua forma ímpar de ser, sua singularidade e a importância que a Amazônia tem para o mundo. Lembrando que por meio de políticas públicas integradas é que se promove um desenvolvimento onde as questões econômicas e socioambientais conseguem convergir em um só propósito: estimular as potencialidades locais e contribuir para a superação dos desafios, privilegiando a inclusão para promover os atores regionais.

Para o IPS (2018), a melhor maneira de realizar o progresso na Amazônia é buscar o fim do desmatamento, dinamizar a economia com base no uso sustentável dos recursos naturais, investir em infraestrutura para melhorar a qualidade de vida e garantir maiores oportunidades para os 27 milhões de habitantes da região. Por isso, acredita-se que é hora de buscar um modelo mais inteligente de crescimento econômico que não dependa da destruição da floresta, utilizando tecnologias e técnicas existentes para fazer o melhor uso da terra já desmatada.

Ademais, uma economia diversificada com base no uso sustentável dos recursos naturais gera independência às famílias locais, abrindo as portas para oportunidades internacionais. Dito isso, considerando os 11 artigos analisados nesta pesquisa e os autores Becker e Wittmann (2008), este trabalho propõe algumas possíveis soluções para contribuir com essa variedade na economia local da Amazônia, a saber: modernização de empresas; formação de mão de obra em novas tecnologias; melhoria dos serviços e da paisagem urbana para tornar as cidades mais atrativas aos negócios; cooperativas de

produção de bordados, redes ou produtos agrícolas, como cupuaçu, açaí, castanhas, cacau, pupunha, café e rambutan; cooperativas de pesca e comercialização; consórcio para uso de equipamentos agrícolas e projetos de turismo não predatório; projetos de pecuária verde, agricultura responsável e sistemas agroflorestais; programas de aumento de empregos, de combate à fome ou à pobreza e os de reinserção social de segmentos marginalizados e/ou de trabalhadores poucos qualificados.

Verificou-se também, com base nos 11 artigos, a importância da participação social nos projetos e decisões políticas. Como afirma Machado (2009), o Estado deve se valer de seu poder de imposição e de regulação, mas também de mecanismos econômicos capazes de interferir em comportamentos individuais, trazendo a ideia de pertencimento da população amazônica ao desenvolvimento local. Só através da força da participação popular, junta ao sentimento amazônico, que as políticas terão chances de subsistir em um meio onde o povo se identifica e acolhe os projetos de desenvolvimento.

267

Por conseguinte, a Amazônia será uma região com fortalecimento à identidade nacional adequadamente integrada. E com este sentimento é que o homem da região se faz o homem nacional, pela integração entre os elementos regionais que o animam e o estimulam para uma compreensão mais ampla. Assim, a cultura setorial poderá ser rompida, tendo em vista que nela perdem-se oportunidades de sinergia e se esvaem necessidades de integração de esforços postas pela própria natureza dos problemas econômicos, sociais e ambientais, segundo corrobora Lotta e Favareto (2014).

No mais, a metodologia utilizada, bibliometria, permitiu concluir que é incipiente a produção sobre desenvolvimento integrado da Amazônia, contudo, por mais que os textos selecionados não tenham atendido integralmente aos termos da busca realizada, todos eles

contribuíram para ampliar o conhecimento do necessário à construção de um desenvolvimento de sucesso para a Amazônia. Quanto ao mais, os dados contidos neste estudo podem ser utilizados como ferramenta tanto para o planejamento como para a execução de políticas, sendo instrumento de apoio para gestores nas tomadas de decisões, visando melhor compreender sobre políticas públicas integradas para o desenvolvimento regional da Amazônia.

Por meio dessa relação de sistemas locais com os globais e, em seu interior, a dinamicidade dos fatores inerentes às políticas públicas é que será possível proporcionar um desenvolvimento territorial, onde os agentes transformadores estejam alocados de forma agregada e não apenas como simples agentes passivos, cada um em sua “caixinha”, no sentido de apenas receber instruções, mas, combinando-as com recursos externos para aproveitar as oportunidades regionais e globais.

268

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA FILHO, J. L.; DA SILVA, M. G.; SILVA, S. P. A abordagem Territorial do Desenvolvimento rural: uma análise a partir do território rural Baixo Jequitinhonha. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 2, n. 3, p.24-44, 2009.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **IPEA: Planejamento e políticas públicas**, n. 14, 2009.

ÁVILA, M. L.; CALDAS, E. L.; ASSAD, S. S. Sinergia e Coordenação em Políticas Públicas: o caso do PAA e PNAE. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 7, n. 3, p. 68-81, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Acesso em 30/04/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. 360, p.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.2, n.37, p.6-34, 2017.

BUSS, P. M.; MACHADO, J. M. H.; GALLO, E.; MAGALHÃES, D. P.; SETTI, A. F. F.; FRANCO NETTO, F. A.; BUSS, D. F. Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1479-1491, 2012.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

DIÉGUES JUNIOR, M. Os órgãos de desenvolvimento regional e o processo de integração. **Revista de Ciência Política**, v. 7, n. 4, p. 117-130, 1973.

Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: **IPS Amazônia 2018** / Daniel Santos; Marcelo Mosaner; Danielle Celentano; Renan Moura; Adalberto Veríssimo – Belém, PA:

269

Imazon; Social Progress Imperative, 2018. 66p. Disponível em: <<https://s3-sa-east1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2018/publicacoes/Resumo-ExecutivoV12.pdf>>. Acesso em: maio/2019.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, v. 22, p. 102-110, 2001.

LEITE, P. S. **O verdadeiro desenvolvimento econômico**. Fortaleza: Pedro Sisnando, 2009. 260p.

JUSTEN, G. S.; DE SOUZA, M. P. Relações Sociais e Território: estudo no Arranjo Produtivo

Local (APL) da castanha-da-Amazônia. **Ciências da Administração**, v. 19, n. 47, p. 114-130, 2017.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v.16, n.2, p. 23-30, 2012.

MACHADO, L. O. R. Desflorestamento na Amazônia Brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 115-147, 2009.

MAURO, R. A.; CINTRÃO, J. F. F.; MELHEN, J. E.; OLIVEIRA, E. A. Dimensões do Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas: Perspectivas e Desafios a Partir da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 489-506, 2018.

MIRANDA, A. C. C.; CARVALHO, A. V. Análise do uso do portal de periódicos da CAPES: estudo com egressos do PPGA/UFRN. **Ponto de Acesso**, v. 11, n. 1, p. 60-80, 2017.

MOURA, J. T. V.; SOUSA, M. I.; GOMES, S. Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 22, n. 3, p. 65-93, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: 2013. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: maio/2019.

Portal Paramazonia. Disponível em: <<http://portalparamazonia.blogspot.com/2016/01/amazonia-legal-e-internacional.html>>. Acesso em: maio/2019.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Organização do Tratado de Cooperação

Amazônica. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia - Geo Amazônia**. 2008. Belém/PA. 167 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamazonia_28.pdf> Acesso em: maio/2019.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. **Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2016-2019** / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Belém: SUDAM, 2016. 151p.

XIMENES, T. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2008.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Brasília: Enap, 2014.

ANEXO I – Artigos objetos de análise da pesquisa

BUSS, P. M.; MACHADO, J. M. H.; GALLO, E.; MAGALHÃES, D. P.; SETTI, A. F. F.; FRANCO NETTO, F. A.; BUSS, D. F. Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 1479-1491, 2012.

271

CAZELLA, A. A., CAPELLESSO, A. J., MEDEIROS, M., TECCHIO, A., SENCÉBÉ, Y., & BÚRIGO, F. L. (2016). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2016.

FATORELLI, L.; MERTENS, F. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, 2010.

JACARANDÁ, R.; MATZEMBACHER, P. Direitos humanos e o sistema de justiça nos conflitos de terra na Amazônia ocidental. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 323-350, 2018.

JUSTEN, G. S.; DE SOUZA, M. P. Relações Sociais e Território: estudo no Arranjo Produtivo

Local (APL) da castanha-da-Amazônia. **Ciências da Administração**, v. 19, n. 47, p. 114-130, 2017.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.

MACHADO, L. O. R. Desflorestamento na Amazônia Brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 115-147, 2009.

MAURO, R. A.; CINTRÃO, J. F. F.; MELHEN, J. E.; OLIVEIRA, E. A. Dimensões do Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas: Perspectivas e Desafios a Partir da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 489-506, 2018.

MOURA, J. T. V.; DE SOUSA, M. I.; GOMES, S. Gestão participativa territorial como parte de arranjos institucionais indutores da efetividade: um estudo de caso de dois Colegiados Territoriais. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 22, n. 3, p. 65-93, 2017.

SILVA, A. C. C.; DANTAS, R. T. UMA ABORDAGEM SOBRE A GESTÃO INTEGRADA

E PARTICIPATIVA DOS RECURSOS PESQUEIROS COM A CONTRIBUIÇÃO DO MODELO TRADE-OFF. **HOLOS**, v. 1, p. 73-83, 2013.

XIMENES, T. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2008.

Submissão: Dezembro de 2019

Publicação: Abril de 2020